

demandas de natureza especializada, tais como as de falência, acidente de trabalho e as sujeitas às Justiças Eleitoral e do Trabalho, *ex vi* do art. 109, I, da Carta Magna.

O § 3º do aludido art. 109 da CF/1988 dispõe que a lei poderá autorizar que "as causas de competência da Justiça Federal em que forem parte instituição de previdência social e segurado possam ser processadas e julgadas na justiça estadual quando a comarca do domicílio do segurado não for sede de vara federal" (Grifos acrescidos).

Outrossim, o art. 43 do Código de Processo Civil determina que a competência é fixada "no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta" (Grifos acrescidos).

Dessa forma, sendo extinta a Comarca onde proposta a ação, a qual foi abrangida por outra que é sede de vara federal, como na espécie, mostra-se evidente a competência da Justiça Federal para o processar e julgar a ação em apreço.

A propósito, *a contrario sensu*:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. JUSTIÇA ESTADUAL.

COMPETÊNCIA DELEGADA. ART. 109, § 3º, DA CF/88. ART. 15, I, DA LEI n.º 5.010/66.

1. **Inexistindo Vara Federal no Foro da execução fiscal, o Juiz de Direito da Comarca exerce competência delegada, por força do que dispõe o art. 109, § 3º, da Constituição da República**, integrado pelo disposto no art. 15, I, da Lei n.º 5010/66, recepcionada pela nova ordem constitucional por ser com ela compatível.

2. Conflito conhecido para declarar competente o Juiz de Direito de Gramado/RS, o suscitante. (CC 45.199/RS, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJ 27/09/2004) (Grifos acrescidos).

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. JURISDIÇÃO FEDERAL DELEGADA. ART. 109, §3º, DA CF/88. ART. 15, I, DA LEI 5.010/66.

1. A competência para processar as execuções fiscais propostas pela União ou suas autarquias contra devedores domiciliados em comarcas do interior, **onde não haja vara federal, é do Juiz estadual.**

2. **A instalação de Varas da Justiça Federal no interior dos Estados não extingue a competência excepcional do Juiz de Direito, cuja comarca não seja sede de Vara da Justiça Federal**, para processar e julgar as execuções fiscais da União, suas autarquias e empresas públicas, nos termos do art. 15 da Lei 5.010/66.

3. Precedentes da Primeira Seção: CC 39.921/RS, Rel. Min. Denise Arruda, DJ 17/05/2004; CC 40.295/BA, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 22/03/2004; CC 40.672/RS, Rel. Min. Castro Meira, DJ 15/03/2004.

4. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito de Gramado-RS.

(CC 45.561/RS, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ 28/02/2005) (Grifos acrescidos).

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, com base no art. 34, XXII, do RISTJ, conheço do presente conflito para declarar competente para a causa o JUÍZO FEDERAL DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL ADJUNTO DE BOM JESUS DA LAPA, o suscitante.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator